

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA HISTÓRIA, UMA CAMINHADA E NOVAS CONQUISTAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

¹BENEDITO BOREL DA CONCEIÇÃO

Mestrando em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional - FVC Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - Espírito Santo

E-mail: benedito.borel@uol.com.br

²MÁRCIO MIRANDA SANTOS

Mestrando em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional - FVC Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - Espírito Santo

E-mail: coordenadormiranda@hotmail.com

RESUMO: Através de leituras, análises e reflexão de várias obras de autores que argumentam sobre as interfaces da inserção da educação inclusiva na escola regular, sua história e a caminhada no desenvolvimento da educação do país. No entanto, é importante ressaltar que no século XX muitos debates, seminários, congressos, simpósios tem sido realizado com fins específicos de tornar-se a educação inclusiva acessível a todos aqueles que necessita ser incluída no meio social, acadêmico, profissional, tecnológico, fazendo jus a inclusão de todo o cidadão com igualdade e cidadania. O objetivo desse artigo é discutir os avanços da educação inclusiva na área pedagógica da escola regular e as interfaces da inserção da educação inclusiva na escola regular. O referencial teórico será embasado nas contribuições de MANTOAN (2003), ALVES (2012), CARVALHO (2012), PACHECO (2012) e outras fontes de informação sobre a educação inclusiva. A metodologia adotada nesse trabalho constitui-se de pesquisa ação através de aprofundamento, que apontam as questões das interfaces da inserção da educação inclusiva na escola regular. Que permitiu dar palestra na Escola Sheneider Cordeiro Correia, Câmara Municipal de Alcobaça atendendo aos professores da sede do município e povoados da zona rural daquele município.

Palavras Chaves: Educação, inclusão, reflexão, história, caminhada.

ABSCTRAT: Through readings, reflection and analysis of various works of authors who argue about the interfaces of the insertion of inclusive education in regular school, its history and the hike in the development of education in the country. However, it is important to note that in the twentieth century many debates, seminars, conferences, symposia have been conducted with the specific purpose of becoming inclusive education accessible to all who need to be included in social, academic, professional, technological, doing jus the inclusion of all citizens with equality and citizenship. The aim of this paper is to discuss the progress of inclusive education in the regular school teaching area and the interfaces of the insertion of inclusive education in regular schools. The theoretical framework is grounded in the contributions of MANTOAN (2003), Alves (2012), Carvalho (2012), Pacheco (2012) and other sources of information about inclusive education. The methodology adopted in this work consists of action research through deepening, that link the issues of the integration of inclusive education in regular schools interfaces. Which allowed to lecture at the School Sheneider Lamb Correia, Municipality of Alcobaça given to teachers from the town and villages in rural areas of that county.

Key words: Education, inclusion, reflection, history, hiking

1. INTRODUÇÃO

A educação é entendida como um paradigma de efeitos positivos na saúde social de toda uma geração que habitam no planeta terra, esse modelo se concebe na família, escola e daí estendem-se por toda sociedade a qual se contagia e desenvolve todos demais pares que se encontra ao seu redor. Mas a escola como instituição de caráter concebível do ensino aprendido, assim como mediadora da formação da personalidade social e científica precisa refletir sobre as interfaces da inserção da educação inclusiva na escola regular, é o que afirma MANTOAN (2003, p.15).

[...] a escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Entretanto, as interfaces da inserção da educação inclusiva tem uma história, uma caminhada e novas conquistas para o portador de necessidades especiais, é um tema, que merece a atenção do Brasil e do mundo. Segundo MAZZOTTA (2005) A educação inclusiva tem uma longa caminhada que teve início no século XVII. Até esse período não havia base científica para estudo de caso que pudesse estudar compreender e avaliar a condição física e mental dos portadores de necessidades especiais naquela época. Entretanto, tal situação, ignorada, causava inquietação a um grupo de pessoas que se angustiava ao ver seres humanos sem valor para a sociedade ou considerados inúteis. Até mesmo os religiosos da época não viam o deficiente como ser que merecia o respeito, pois se acreditava que o homem deveria ser perfeito por ser imagem de Deus e ter sua semelhança.

Mas, segundo MAZZOTTA (2005), somente quando o homem teve condições de perceber que o deficiente era um ser igual a qualquer outro considerado perfeito, foi que começou a defesa dos interesses em favor do deficiente. Mas, é importante ressaltar que naquele período as pessoas que se posicionavam em favor do deficiente eram homens, mulheres, leigos, deficientes que exerciam o papel de líderes no meio social onde viviam e que almejavam melhores condições de vida para todos os que os cercavam.

Já no século XIX, na Europa, emergiam os primeiros passos para o atendimento ao portador de necessidade especial e esse movimento que emergiu na Europa se adentrava pelos Estados Unidos da América, Canadá, Brasil e outros países continentais. A partir dessa movimentação

os deficientes conquistam direitos e deveres de serem cidadãos reconhecidos como gente em pé de igualdade, porém ainda era tímido o atendimento.

Diversas expressões eram utilizadas no século XIX quando se referiam ao portador de necessidade especial naquela época, assim como as pedagogias predominantes: Pedagogia Curativa, que tinha como objetivo o método de curar o deficiente ou portador de necessidade especial de sua síndrome ou anomalia; Pedagogia Social, que tinha o objetivo de curar o deficiente e devolvê-lo curado à sociedade, entre outras pedagogias voltadas a atender o portador de necessidade especial, mas sem compreender o verdadeiro significado da inclusão do homem, mulher ou criança que se encontrava inútil em pleno espaço social.

Na Alemanha, esse movimento iniciou na cidade de Munique, atendendo a educação de deficientes físicos na fundação que encarregava em ensinar algumas pessoas que tivessem algumas sequelas consideradas deficiência física, o que naquele século era considerado um grande avanço na área social e educacional para pessoas de baixo poder aquisitivo e também pessoas da prole intelectual.

O trabalho deu sequência a uma longa jornada na busca de implementação para adequar melhor a educação inclusiva e também o seu público alvo com a ajuda de alguns estudiosos, entre tantos: Maria Montessori, que contribuiu para a evolução da educação especial com metodologia concreta que ganhou repercussão nos diversos segmentos da educação e seu material didático ficou assim conhecida como material dourado, capaz de promover a inclusão escolar.

Já na década de 1950, a educação inclusiva, ganha espaço mais acelerado nas instituições públicas e privadas, os Estados do Brasil, que, ganharam repercussão naquele certame foi na capital do Paraná e a cidade de Londrina, cidades essas consideradas evoluídas e que seriam modelo nesse atendimento no Brasil. Porém, vale ressaltar, que, a educação inclusiva ganha espaço em uma época considerada populista nos anos de (1955 e 1964) período da ditadura militar no Brasil. Naquela década, o Congresso edita a LDB 4024/61 que reafirma o direito

Artigo 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo de máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. LDB 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

Portanto, MAZZOTTA (2005) afirma que, o Brasil continuou avançando na área da educação, quando a partir de 1971 o Congresso Nacional aprova a nova Lei 5692/71, com redação alterada pela Lei Nº 7.044/82 e assegura o tratamento especial para os alunos que apresentam deficiências físicas, mentais, aos alunos com idade defasada considerando ao período de ingressar no ensino de 1º grau e os alunos considerados superdotados têm garantia no Artigo 88 da Lei 4024/61 e enquadra os alunos com necessidades especiais no sistema geral de educação. Assim a Lei Nº 4024/61 de 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 9.131, de 1995. Fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Artigo 88 e 89 revogados pela Lei nº 9394/96.

Foi, um grande avanço para educação nas diferentes modalidades de ensino, a saber: educação regular, educação, inclusiva, educação para deficiente físico e visual. Entretanto, vale ressaltar, que, as conquistas para os portadores de necessidades especiais e que os argumentos sobre o caminho percorrido pela educação inclusiva até a década de 1990 foi árdua, porém aponta a história de um povo e as conquistas rumo ao reconhecimento das políticas públicas dos diversos segmentos governamentais e filantrópicos

As observações aqui apresentadas não apontam, todavia, a retirada ou diminuição da validade da política traçada nas Portarias Interministeriais analisadas. Apenas registram sua direção. Naquele momento, as diretrizes para uma ação integrada entre os Ministérios envolvidos representaram, por certo, a busca de rumos e a delimitação de campos de atuação governamental com vistas à melhoria do atendimento aos excepcionais. Entretanto, tendo-se em conta que “a atitude do bem democrático é a de não se iludir com o melhor e a de não se resignar com o pior” e considerando os próximos do presente. Nessa medida, elas revelam uma tendência de configuração da educação especial no campo terapêutico, preventivo, corretivo e não no pedagógico ou mais especificamente escolar (MAZZOTTA, 2005, p. 73).

Assim, a história da educação especial não está fundamentada apenas na legislação, mas num conjunto de ações voltadas a articular políticas de prevenção, capaz de garantir aos alunos portadores de necessidades especiais o direito de serem diferentes e sujeito íntegro na comunidade escolar.

2. AS INTERFACES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO: UM PROCESSO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

As interfaces da educação inclusiva é um processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir o portador de necessidades especiais e simultaneamente essas pessoas se preparam para assumir um lugar na sociedade [...], isso significa que incluir é aceitar o que não pode ser

mudado e transformar aquilo que lhe compete. SASSAKI (1997), então lutar contra a exclusão é transpor barreiras que a sociedade criou contra as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia através de juízo de valor de modo a poder decidir, por si mesmo a maneira de viver e agir dentro do seu contexto social.

Para o autor MITLER (2003, p. 25) Viver a inclusão na escola regular ainda é um momento tumultuado pelas políticas públicas dos governos, comunidades e educadores. A maneira de agir e pensar nem sempre produz o efeito esperado. O fato de oferecer novas informações às pessoas sobre as mudanças de novos paradigmas. Em face disso nota-se que a escola regular verdadeiramente inclusiva trabalha baseando na defesa de princípios e valores morais e éticos, na busca de cidadania, justiça e igualdade social.

Segundo EMILIO (2008), na escola regular a criança com necessidade especial é capaz de integrar-se ao grupo de alunos “considerados regulares” e ter aproveitamento significativo. Porém, é preciso conhecer a legislação e como fazer a integração nas classes regulares, os números de crianças a serem assistidos, os mobiliários, iluminação, material didático, o número de crianças consideradas regulares, as atividades consideradas diversificadas, um professor coadjuvante para que a turma seja bem assistida e possam assim acontecer a construção do conhecimento.

De acordo com os argumentos de MAZZOTTA (2005, p. 68) A conquista do Brasil no âmbito da educação inclusiva tem sido vasto, porém ainda se tem muito que fazer, o país viveu vários períodos na sua história, muitas leis foram promulgadas e outras foram revogadas, mas os balanços positivos no que discute a inclusão de pessoas portadoras de necessidade especial foram grandes as conquistas, iniciando pelas salas de alunos regulares onde o aluno com necessidade especial encontrou abrigo e pode assim começar a construir a sua história.

No entanto, a conquista na educação especial não se findou no tempo e nem no espaço, nos dias contemporâneos os governos dos Estados, os governos dos municípios, o governo federal, tem transferido recursos para as secretarias de assistência social, secretaria de educação, têm assinado convênios com órgãos governamentais, empresas da área privada com fins específicos de atender às demandas da educação especial nos diversos recantos do território nacional.

No encontro realizado na Espanha nos dias 7 e 10 de junho de 1994, que culminou com a Conferência Mundial de Educação Especial organizada pelo governo da Espanha e em cooperação com a UNESCO. Seu objetivo foi informar sobre as políticas e ações governamentais, de organização não governamental e outras sobre os princípios, políticas e práticas em educação especial. A estrutura baseia-se nas experiências dos países participantes, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, gerando assim oportunidades para pessoas com deficiências (BRASIL, 1996).

O autor, MITTLER (2003, p.34), afirma que a “integração para a inclusão é muito mais que uma mudança”. Foi uma tomada de decisão de chefes de estados e demais simpatizantes com a causa da inclusão de pessoas com deficiência, que após os acordos celebrados em Salamanca, o mundo passou a conhecer os dados alarmantes da deficiência que precisavam ser incluídos no meio social, haja vista que naquela época havia mais de 100 milhões de crianças, incluindo-se cerca de 60 milhões de meninas, que não tinham acesso à escolarização primária.

3. ASPECTOS METODOLOGICOS

Neste estudo, utilizou-se a abordagem de campo e pesquisa de ação, a procura de aprofundamento das questões propostas no planejamento, com maior flexibilidade, como também utilizar as técnicas da pesquisa do que a interrogação, usando dos argumentos exploratórios pessoalmente. Com base no material de apoio construído através das leituras e informações sobre as interfaces da inserção da educação inclusiva, após ouvir depoimentos de pais de alunos, professores, comunidade de modo geral, pode se refletir as seqüelas deixadas pela exclusão de alunos com necessidades especiais que estudam na escola regular do ensino fundamental de nove anos. Partiu-se para ação através de palestras na escola com corpo docente, pais de alunos, com palestras sobre as interfaces da inserção da educação inclusiva, nas escolas: Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia, município de Teixeira de Freitas, localizada no bairro Nova America na zona leste, palestra que atingiu a um público de 96 pessoas. No município de Alcobaça, foi ministrada uma palestra no auditório da Câmara de vereadores com o tema: Igualdade Racial e a Inclusão do portador de necessidade especial, quando na oportunidade o publico presente recebeu folder explicativo sobre as interfaces da inserção da educação inclusiva com as Leis da Inclusão, o acesso ao portador de necessidade especial nos ambientes públicos e privados e os direitos constituídos em prol da dignidade e cidadania daqueles tanto precisam garantir os seus direitos na esfera publica e privada.

Foto 1. Palestra sobre as Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva na Escola Regular, Auditório da Câmara Municipal de Alcobaça- março de 2014.



Foto 2. Momento da apresentação do grupo de capoeira, antes da palestra sobre Igualdade Racial na Câmara Municipal de Alcobaça.



CONCLUSÃO

Neste trabalho objetivou-se a conhecer uma história, uma caminhada e novas conquistas para o aluno com necessidades especiais nas salas regulares e o desempenho cognitivo delas no âmbito escolar da instituição pública da educação básica, a fim de analisar de que maneira estão acontecendo às diretrizes de inclusão na escola e se a inclusão está provocando mudanças nas estruturas psicológicas, sociais, cognitivas, afetivas das crianças com necessidades especiais das escolas da educação básica.

A descrição e análises sobre a educação inclusiva e os alunos considerados portadores de necessidades especiais, ainda, a investigação dos maiores entraves enfrentados pelos professores para a construção de uma educação inclusiva, que garante ao aluno os direitos conferidos no “Decreto Lei nº. 3.298, de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência” que também serviu de embasamento para esse artigo.

Compreender as demandas que os professores e demais envolvidos com a educação básica no âmbito escolar do ensino regular, implicou-se em adentrar pelo universo das concepções dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos, pessoal da área administrativa: servicial, secretário escolar, porteiro, professor de disciplina, sobre a realidade desse campo educacional que integrou esses novos cidadãos mirins dentro da sala e a pertencer a essa nova família ora denominada alunos portadores de necessidades especiais nas salas regulares de ensino.

Porém, tais medidas adotadas, o período de permanência na sala de aula com recreação para integração da criança portadora de necessidades especiais aos grupos de alunos considerados regulares, atividades lúdicas para estimular o raciocínio lógico, construção de atividades diversificadas para atender cada aluno de acordo com a sua habilidade cognitiva. Assim continuou a investigação do sistema educativo de toda a instituição de ensino, para saber as ações para a educação especial contidas no Projeto Político Pedagógico, na Proposta Pedagógica para a Educação Inclusiva, os referenciais para a educação inclusiva, para atender ao novo modelo de atendimento ao aluno portador de necessidade especial da Escola regular.

REFERÊNCIAS

ALVES Fátima: **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. 5. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. São Paulo: Brasil, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler, **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico – 5 ed. – Porto Alegre: Mediação, 2012.

CIDEB/MEC: **Inclusão**: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. V.5, N 1 (Jan/Jul) – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

Declaração de Salamanca. Disponível em: [http://portal do mec. gov. br /pdf](http://portal.do.mec.gov.br/pdf). Acesso em: 9 mar. 2014.

EMILIO, Solange Aparecida. **Grupos e inclusão escolar**: sobre laços, amarras e nós – São Paulo: Paulus, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por Quê? Como fazer? – São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira, **Educação Especial no Brasil**: História e Políticas – 5 ed: São Paulo: Cortez 2005.

COPYRIGHT

Direitos autorais: O autor Benedito Borel da Conceição é o único responsável pelo material incluído no artigo.